



- a - Contribuição incidente sobre o abono de incentivo à participação em reuniões pedagógicas é constitucional, tal como ocorre com as parcelas incorporáveis ao salário do servidor, as quais sofrem a incidência da contribuição previdenciária;
- b - Os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários, não se admitindo, portanto, nenhuma revisão ainda que prevista em lei;
- c - O benefício previdenciário da pensão por morte não se regula em caráter permanente pela lei vigente à época do óbito de seu instituidor, sendo possível a retroação de lei nova para alcançar situações pretéritas, ainda que menos favorável;
- d - Aposentadoria compulsória se aplica ao regime da aposentadoria dos notários, registradores e demais servidores dos escritórios extrajudiciais;
- e - Em sede de ação direta de inconstitucionalidade (ADI nº 3205), o STF entendeu que norma que concede benefício necessita de previsão legal de fonte de custeio (CF, art. 195, § 5º).

### DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

25. Analisando os princípios regentes da probidade administrativa, julgue os itens abaixo:

I. “A publicidade não é elemento formativo do ato; é requisito de eficácia e moralidade”. Seguindo esse raciocínio, seria correto dizer que: “regida a Administração Pública pelo princípio da publicidade de seus atos, estes somente têm eficácia depois de verificada aquela ocorrência, razão pela qual, retratando-se o servidor, antes de vir a lume o ato de aposentadoria, sua situação funcional deve retornar ao ‘status quo ante’, vale dizer, subsiste a condição de funcionário ativo.”

II. A Emenda Constitucional nº 19/98, ao modificar o art. 37, § 3º, da CF/88, estimulou a participação do usuário dos serviços públicos com o fim de buscar o aperfeiçoamento da atividade estatal. Previu a edição de lei para regular a matéria, a qual deveria dispor especialmente sobre o direito de reclamação quanto à qualidade dos serviços (inc. I), o direito de acesso dos usuários aos registros administrativos e a informações sobre atos de governo (inc. II) e o direito de representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública (inc. III). Este último inciso está diretamente associado à possibilidade de o servidor estável perder o cargo mediante “procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa” e ao princípio da eficiência.

III. Somente com a antecedente previsão normativa, os direitos individuais, na amplitude de sua concepção, podem ser temporária ou definitivamente sacrificados, em abono ao princípio implícito da supremacia do interesse público. Na Constituição da República, aliás, são exemplos de preceitos dessa natureza: o

tombamento (art. 216, § 1º, da CF/88); o estado de defesa (art. 136 da CF/88); e o estado de sítio (art. 137 da CF/88).

IV. A boa-fé pode ser visualizada como um elemento de densificação da noção de moralidade administrativa. Seguindo esse raciocínio, seria possível afirmar que a Fazenda Pública não pode anular promessa de compra e venda de lote, celebrada com particular, em razão de ilegalidades no loteamento, de responsabilidade do próprio Poder Público. O princípio da boa-fé deve ser atendido também pela administração pública e o seu comportamento nas relações com os cidadãos pode ser controlado pela teoria dos atos próprios, que não lhe permite voltar sobre os próprios passos, depois de estabelecer situações em cuja seriedade os cidadãos confiaram.

- a - Apenas estão corretas as assertivas de número I, II e IV;
- b - Apenas estão corretas as assertivas de número I, III e IV;
- c - Apenas estão corretas as assertivas de número I, II e III;
- d - Todas as assertivas estão corretas;
- e - Apenas estão corretas as assertivas de número II, III e IV.

26. Marque a alternativa correta:

I. A exigência ou aceitação de propina para a prática de ato legalmente válido conduzirá à responsabilização administrativa – ou até mesmo penal – sem que necessariamente se contamine a legalidade da prestação administrativa. Assim, admita-se que o licitante ao qual foi regularmente adjudicado determinado serviço, pela oferta de melhor proposta, seja compelido ao pagamento de vantagem indevida para obter a celebração do contrato. A concussão ou corrupção administrativa, passível de sanção, não obrigará, em tal caso, à anulação do contrato celebrado com observância do procedimento adequado.

II. Prática muito comum é a celebração de ajustes entre a Fazenda Pública e cooperativas. Trata-se de entes personalizados e sem fins lucrativos, cuja criação deve ser estimulada pelo Poder Público (art. 174, § 2º, da CF/88); logo, adquirida a personalidade jurídica, o vínculo a ser mantido pelas cooperativas com o Poder Público demandará tratamento privilegiado, não sendo regido pelas mesmas normas aplicáveis às demais pessoas físicas ou jurídicas, o que obsta sua regular participação nos procedimentos licitatórios.

III. Constatada a ilegalidade do contrato administrativo, quer seja por vício intrínseco ou em razão de mácula originada no procedimento licitatório, deverá ser declarada sua nulidade, que produzirá efeitos ‘ex tunc’, com as demais consequências previstas no art. 59 da Lei Federal nº 8.666/93. Decretada a invalidade do contrato, ele não produzirá seus regulares efeitos jurídicos; no entanto, nem sempre acarretará a supressão de determinadas consequências fáticas e jurídicas



dele derivadas, incidindo nesse ponto as teorias da vedação do enriquecimento ilícito e da responsabilidade do Estado.

IV. Por ser titular de simples expectativa de contratação, o licitante não tem interesse legítimo em obter ordem em Mandado de Segurança que mantenha eficaz o resultado da licitação em que obteve vitória, cuja declaração de nulidade fora embasada em irregularidades formais.

- a - Apenas estão corretas as assertivas de número I, II e III;
- b - Apenas estão corretas as assertivas de número I, III e IV;
- c - Apenas estão corretas as assertivas de número I e III;
- d - Apenas estão corretas as assertivas de número III e IV;
- e - Apenas estão corretas as assertivas de número I e II.

27. De acordo com a jurisprudência atualizada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção errada:

- a - A multa civil, que não ostenta feição indenizatória, é penalidade perfeitamente compatível com os atos de improbidade tipificados no art. 11 da Lei Federal nº 8.429/92 (lesão aos princípios administrativos), mesmo não havendo prova de dano ao erário;
- b - Com o reconhecimento do Judiciário da legalidade do ato administrativo que culminou com a demissão do servidor, descabe a renovação do pedido em sede administrativa, por força da coisa julgada;
- c - É imprescritível a ação civil pública que tem por objeto o ressarcimento de danos ao erário. A prescrição quinquenal atinge os ilícitos administrativos dos agentes públicos, abrangidos o servidor público e o particular que lhe deram causa; entretanto, o transcurso do tempo não é óbice para a ação de ressarcimento dos prejuízos causados à Fazenda Pública;
- d - Quando o Poder Público apossa-se de um bem em razão de utilidade pública, normalmente se pede o reconhecimento da desapropriação indireta, isto é, a transformação da tutela específica de devolver o bem em tutela alternativa de perdas e danos. Ainda que tenha sido intentada, há anos, ação de reintegração de posse, ao final julgada procedente, e constatado que nesse interregno o bem fora transformado em uma praça pública, não caberia, em sede de “liquidação da decisão transitada em julgado”, a conversão da tutela específica em perdas e danos, em abono à fidelidade do julgado e aos limites da liquidação;
- e - É nula portaria veiculando demissão de auditor fiscal estadual, de autoria do Secretário de Fazenda, embasada em lei da respectiva entidade federativa, que delegava a competência sancionadora do Governador para os Secretários de Estado – lei essa declarada inconstitucional pelo STF, posteriormente à emissão da portaria, com efeitos ‘ex tunc’ e ‘erga omnes’ – em razão da incompetência absoluta do agente, devendo ser promovida a imediata reintegração do servidor, com o pagamento dos vencimentos e cômputo de tempo para todos os efeitos legais.

28. Marque a assertiva incorreta, segundo entendimento jurisprudencial atualizado dos Tribunais Superiores (STJ e STF):

- a - A pensão por morte de servidor público federal não pode ser estendida aos filhos até o limite de 24 anos, sob o argumento único de que se trata de estudantes universitários, por falta de previsão legal, segundo o STJ;
- b - De acordo com o STJ, não há que se falar em foro especial por prerrogativa de função nas ações de improbidade administrativa, tampouco em litisconsórcio necessário entre o agente público e os terceiros que supostamente teriam colaborado para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiaram;
- c - O Poder Legislativo pode, por intermédio de Decreto Legislativo Estadual, anular, de ofício, ato administrativo de demissão de servidores que aderiram ao chamado Programa de Demissão Voluntária – PDV, instituído por lei dessa mesma unidade federativa e materializado pelo Executivo, fundamentado na coação havida nos referidos desligamentos, em observância a princípios constitucionais, conforme decidiu o STF recentemente;
- d - Lei Estadual prescrevendo que todos os contratos celebrados entre o Governo do Estado e empresas particulares dependem de prévio registro junto ao Tribunal de Contas Estadual afronta, segundo o STF, norma da Constituição Federal acerca da competência da Corte de Contas da União – aplicável, por sua vez, aos Tribunais de Contas Estaduais em face da regra da simetria – que não prevê o controle prévio e amplo dos contratos celebrados pela Administração Pública;
- e - Nos julgamentos de ações judiciais movidas por candidatos contra a banca examinadora de concurso para ingresso no serviço público, questionando procedimentos administrativos que deixam de anular questões do certame, no bojo dos quais foram alegados erros materiais ou discrepâncias com o edital, entende o STJ que não é cabível ao Judiciário apreciar critérios na formulação de questões, examinar correções de provas ou reavaliar as notas, em substituição à banca examinadora, ficando tal atuação jurisdicional relegada apenas aos casos excepcionais de questões objetivas com vício evidente e insofismável.

29. Quanto aos atos administrativos, julgue os itens a seguir:

I. Acerca da discricionariedade, a doutrina pontua que às vezes o ordenamento deixa certa margem de opção ao agente, para a escolha de várias soluções, todas válidas perante o direito, e mesmo sobre a ocasião ou conveniência de tomar certas providências. Essa ação voluntária do agente, no entanto, possui alguns limites, quais sejam: o ordenamento jurídico, a competência, a finalidade e a forma.

II. Não há ato totalmente discricionário, eis que sujeito ao princípio da legalidade e aos ditames do ordenamento, nem totalmente vinculado, pois, segundo já se posicionou a doutrina, “na maioria dos casos a Administração é senhora da escolha dos meios e principalmente da oportunidade da prática do ato”.



III. É preciso conciliar a idéia de autonomia com o “princípio da restritividade” em matéria de atos administrativos irregulares, segundo o qual “o agente público só pode fazer o que a lei determina ou autoriza”, sendo a tendência inicial da Administração, em razão do referido princípio, retirar imediatamente do mundo jurídico atos administrativos ilegais, inoportunos ou inconvenientes.

IV. Quando a lei determina que a nomeação para certo cargo é em comissão e exonerável ‘ad nutum’, a exoneração, que é outro ato, será discricionária.

- a - Todas as assertivas estão corretas;
- b - Apenas estão corretas as assertivas de número I, III e IV;
- c - Apenas estão corretas as assertivas de número I, II e IV;
- d - Apenas estão corretas as assertivas de número II, III e IV;
- e - Apenas estão corretas as assertivas de número I e III.

30. Acerca do controle interno e externo na Administração Pública, é correto afirmar que:

- a - A nulidade absoluta impede o ato administrativo de produzir efeitos regulares, exceto efeitos (não os objetivados) em relação a terceiros de boa-fé, pela presunção de legitimidade dos atos, o que não acontece com a nulidade relativa, impondo-se a paralisação dos efeitos para que a plena realização não impeça a correção;
- b - Os limites de despesa com pessoal estão atrelados à noção de receita corrente líquida, tendo o legislador complementar fixado os percentuais aplicáveis a cada um dos entes da federação: 50% para a União; 60% para os Estados; e 60% para os Municípios. Caso a despesa com pessoal ultrapasse os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e não seja providenciada a correspondente redução no prazo devido, além das medidas de contenção estatuídas na legislação correspondente e das sanções de ordem pessoal passíveis de serem aplicadas ao administrador, o respectivo ente não poderá receber transferências obrigatórias e voluntárias, inclusive aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social;
- c - A legislação sobre ação popular (Lei Federal nº 4.717/65) arrola casos que podem ser enquadrados em “abuso de poder” ou “desvio de finalidade”, mas menciona apenas o primeiro, definindo-o: “o abuso de poder se verifica quando o agente pratica ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência”. Para alguns autores, embora considerem sinônimas as expressões abuso de poder, excesso de poder e desvio de finalidade; o desvio de finalidade envolveria uma noção mais genérica que “excesso” e abrange o modo o “excesso” no extravasamento quantitativo da competência e o desvio de finalidade, a qualitatativa do conteúdo do ato em relação ao seu verdadeiro objeto;
- d - O controle interno do controle interno sobre as entidades descentralizadas a ser exercido pelo Poder Executivo, pois a tutela se presume, do

reexame de decisões, por autoridade superior da pessoa jurídica delas diversa, a que se acham vinculadas. É o que, doutrinariamente, se denomina “recurso hierárquico impróprio”;

e - O controle jurisdicional da Administração é exercido com exclusividade pelo Poder Judiciário e incide sobre atos administrativos ou materiais praticados comumente pelo Poder Executivo, mas também pelo Poder Legislativo e pelo próprio Poder Judiciário, estes em suas atividades administrativas. Trata-se de revisão jurisdicional, normalmente realizada “a posteriori”, e que tem por objeto a verificação da legalidade, estritamente no aspecto formal, afastados os aspectos da finalidade e forma.

31. Assinale a alternativa correta:

- a - Os contratos de locação em que a Administração seja locatária, chamados tradicionalmente de contratos privados da Administração, são regidos, exclusivamente, pelo direito privado, sem o influxo do regime de direito público, não se sujeitando, pois, ao procedimento prévio de licitação ou de dispensa desta;
- b - As restrições impostas aos prédios vizinhos do imóvel tombado, como, por exemplo, “não fazer construção que impeça ou reduza a visibilidade, não colocar anúncios e cartazes, etc.”, configuram limitações administrativas, não cabendo, em regra, qualquer indenização pela restrição;
- c - Salvo hipóteses excepcionalíssimas, não há delegação de ato jurídico de polícia a particular e nem a possibilidade de que este exerça a título contratual. Pode haver, entretanto, habilitação de particular à prática de ato material não só preparatório do ato jurídico de polícia, mas sucessivo a este, isto é, de cumprimento, quando se trate de executar materialmente ato jurídico, interferente com a propriedade e liberdade dos administrados, por intermédio de delegação ou simples contrato de prestação. A título de exemplo, tome-se a possibilidade de a Administração contratar com empresa privada a demolição ou implosão de obras efetuadas irregularmente e que estejam desocupadas, se o proprietário do imóvel recalçar em providenciá-las por seus próprios meios, inobstante devidamente intimado e legitimamente submetido a isto;
- d - Na ação de desapropriação, segundo o Decreto-lei nº 3.365/41, o controle jurisdicional cinge-se aos seguintes pontos: fixação do justo preço; nulidades processuais; e verificação se o expropriante fundou a ação expropriatória numa das hipóteses legais permissivas dela;
- e - Ao contrário do que se passa com a responsabilidade do Estado por comportamentos comissivos (responsabilidade objetiva), na responsabilidade por comportamentos omissivos (responsabilidade subjetiva) a questão não se examina nem se decide pelo ângulo passivo da relação (a do lesado em sua esfera juridicamente protegida), mas pelo pólo ativo da relação. São os caracteres da omissão estatal que indicarão se há ou não responsabilidade. A responsabilidade estatal repontará se o Estado não agiu para impedir o dano, ainda que não estivesse



juridicamente obrigado a obtê-lo, ou se, tendo agido, atuou ineficientemente. Portanto, abaixo dos padrões a que estava compelido.

32. No que se refere à intervenção do Estado na propriedade, é incorreto afirmar que:

- a - A requisição administrativa quando recai sobre imóveis confunde-se com a ocupação temporária, podendo-se dizer que esta tem como objetivo realizar obras ou serviços inadiáveis, urgentes, e a requisição tem como finalidade o atendimento direto de perigo público iminente, podendo não ser realizados obras ou serviços. A competência para legislar sobre requisições civis e militares é da União, somente justificando, em tempo de paz, pelo perigo público iminente;
- b - Na desapropriação judicial, é possível ao Poder Público imitir-se provisoriamente na posse, alegando urgência e depositando a quantia arbitrada nos termos do Código de Processo Civil ou apurada de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365/41. Diz-se que, cumpridos tais requisitos, o juiz mandará (no imperativo, e não “poderá mandar”) imitir o expropriante na posse provisória dos bens: ato vinculado;
- c - De acordo com o Decreto-Lei nº 3.365/41, o recurso típico da sentença final da desapropriação é a apelação, com efeito devolutivo se for do expropriado, e devolutivo/suspensivo se for do expropriante. Mas se a condenação da Fazenda for superior ao dobro da quantia oferecida, o exame em duplo grau de jurisdição será obrigatório;
- d - Um prédio que esteja atualmente na propriedade de um Município pode apresentar valor histórico nacional e ser tombado pela União. Esse tombamento é feito de ofício e notificado à pessoa política ou entidade a que pertencer o bem ou sob cuja guarda estiver;
- e - Doutrina e jurisprudência têm entendido que é possível a desistência unilateral da desapropriação, ainda que se trate de desapropriação indireta transitada em julgado, revogando-se a declaração expropriatória, desde que a desistência ocorra até o pagamento do preço ao expropriado, podendo, inclusive, ser parcial e, a depender do caso, acarretar perdas e danos.

33. As obrigações do Estado derivadas de contratos “inválidos” ou “inexistentes” têm obtido tratamento aprofundado da doutrina, sendo corretas as conclusões abaixo, com exceção de uma das assertivas, que se encontra incorreta, assinale-a:

- a - As avenças entre Administração e particular, nominados contratos administrativos, fazem deste último um colaborador do Poder Público, ao qual não deve ser pago necessariamente o mínimo possível, mas o normal, donde cabe-lhe o preço estipulado no contrato ao tempo do ajuste;
- b - Quando um que, não tendo havido má-fé por parte do administrado, a obrigação dele com a Administração Pública e o particular ocorrer depois de sua extinção, o particular, por força da vinculação a ele, o contratado ficou privado de qualquer possibilidade de compensação que, não fora por isto, teria

inquestionavelmente obtido em outra relação jurídica, bem como nos casos em que, mesmo sem contrato, mas diante de situações fáticas comprovadas, sem má-fé, efetuou prestações aceitas, ainda que implicitamente, pela Administração, o administrado faz jus à indenização pelas prestações que realizou e, ainda, pelas despesas em que terá que incorrer por força da avença viciada, além do direito ao acobertamento dos prejuízos indiretos (proveito que deixou de captar em outra relação jurídica por força de vinculação contratual);

c - A vedação ao enriquecimento sem causa no Direito Administrativo tem lugar mesmo em hipótese na qual o contrato não é apenas nulo, mas inexistente, haja vista que a obrigação de indenizar ocorre não com fundamento em obrigação contratual, ausente na espécie, mas sim no dever moral de indenizar o benefício auferido pelo Estado, que não pode tirar proveito da atividade particular sem o correspondente pagamento;

d - Pretendendo acautelar os riscos derivados das altas dos preços dos produtos e serviços, o contratante particular e o Poder Público podem adotar no próprio contrato o pressuposto ‘rebus sic stantibus’ quanto aos valores demarcados por intermédio de cláusula de reajuste de preço, visando, com isso, à revisão dos preços e ao acautelando de riscos. Tal cláusula ‘per si’ representa, implicitamente, uma renúncia do administrado ao direito de postular indenização por “imprevisão” no caso de fatos novos imprevisíveis, sendo aplicável, nessas hipóteses, apenas, o reajuste contratualmente estipulado de revisão;

e - o encontro de “um lençol d’água insuspeitado na escavação de um túnel” é fato passível de ser argüido pelo contratado como representante de um agravo econômico proveniente das chamadas “sujeições imprevisas”, deflagrador do direito à indenização total pelo prejuízo. As “sujeições imprevisas” diferem-se da hipótese específica da “teoria da imprevisão”, de acordo com a doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello.

34. Julgue as assertivas abaixo:

I. A alienação de bem imóvel da Administração deverá ocorrer sob a modalidade de concorrência pública, admitindo-se, todavia, o uso do leilão quando sua aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento. A venda de bens imóveis no caso da Administração Direta depende de autorização legislativa, não sendo tal exigência aplicável às autarquias e das fundações na alienação de seu patrimônio imobiliário.

II. É ilegítima a exigência de depósito para admissibilidade de recurso administrativo, segundo o STF.

III. Servidor público já aposentado que pretenda a conversão em pecúnia de licença prêmio não gozada, tampouco computada em dobro para fins de aposentação, mas legalmente adquirida antes da sua passagem para a inatividade, deve atentar-se para



o prazo prescricional quinquenal, previsto no Decreto Federal nº 20.910/32, para o requerimento de conversão da benesse em pecúnia, cuja fluência dá-se a contar da data da aposentadoria, balizado, para tanto, no princípio que veda o enriquecimento sem causa.

IV. A alienação de terras públicas com área superior a 2.500 hectares depende da aprovação do Congresso Nacional, exceto para fins de reforma agrária.

- a - Apenas estão corretas as assertivas de número I e IV;
- b - Apenas estão corretas as assertivas de número II, III e IV;
- c - Apenas estão corretas as assertivas de número I, II e III;
- d - Apenas estão corretas as assertivas de número III e IV;
- e - Todas as assertivas estão corretas.

35. A partir das disposições da Lei Complementar Estadual nº 95, de 26 de dezembro de 2001, julgue os itens a seguir:

I. São atribuições da Procuradoria-Geral do Estado, entre outras: a elaboração e ajuizamento de ação de inconstitucionalidade de quaisquer normas, na forma da Constituição Federal; a representação exclusiva, judicial e extrajudicialmente, das entidades autárquicas, fundacionais ou empresas públicas; a declaração de nulidade ou a anulação fundamentada de quaisquer atos da Administração Pública; o apoio aos trabalhos de demarcação das terras indígenas situadas no território do Estado de Mato Grosso do Sul.

II. A Procuradoria-Geral do Estado opinará sobre contratos de alienação, aquisição, permissão de uso, cessão de uso e concessão de uso de bens imóveis do domínio estadual, exceto quando celebrados em virtude de autorização legislativa.

III. É privativo do Governador do Estado e dos presidentes dos demais Poderes; dos Secretários de Estado; dos diretores-presidentes de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; do presidente do Tribunal de Contas e do Procurador-Geral de Justiça, formular consultas à Procuradoria-Geral do Estado.

IV. São aplicáveis aos Procuradores do Estado as seguintes sanções disciplinares: advertência; censura; multa; suspensão; demissão; cassação de disponibilidade ou de aposentadoria. Acerca da multa, será aplicada nos casos de retardamento injustificado de ato funcional ou de descumprimento dos prazos legais, em até cinquenta por cento dos subsídios, e será recolhida ao Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado, sendo destinada, exclusivamente, para o aperfeiçoamento funcional e a aquisição de livros para a Procuradoria-Geral do Estado.

- a - Todas as assertivas estão corretas;
- b - Apenas a assertiva I está errada;
- c - Apenas estão corretas as assertivas de número III e IV;
- d - Apenas estão corretas as assertivas de número I, III e IV;
- e - Apenas estão corretas as assertivas de número I e III.

36. Quanto à carreira de Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa correta:

- a - Após aprovação em concurso público, o candidato aprovado ao cargo de Procurador do Estado que for nomeado e empossado terá quinze dias para entrar em exercício, podendo esse prazo ser prorrogado por motivo justo, e, após entrar em exercício, se for removido para unidade diversa, o Procurador do Estado deverá assumir suas novas funções no prazo de dez dias, também prorrogáveis. O Procurador do Estado tem direito, inclusive, à ajuda de custo para compensar as despesas de instalação quando for removido para nova sede, no interesse do serviço, sempre que ocorrer a mudança de domicílio, a qual corresponderá ao valor de até um subsídio de Procurador;
- b - O Procurador do Estado que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições: 1) trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; 2) vinte anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria; 3) idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites previstos na Constituição Federal, ou seja, de um ano de idade para cada ano de contribuição, dentre outros requisitos;
- c - O Procurador-Geral do Estado será nomeado e empossado pelo Governador do Estado, dentre integrantes da carreira de Procurador do Estado em atividade, com, no mínimo, trinta e cinco anos de idade e dez anos de efetivo exercício do cargo, e terá prerrogativas, impedimentos, direitos e obrigações de Secretário de Estado;
- d - Os Procuradores do Estado serão originariamente processados e julgados pelo Tribunal de Justiça somente nos crimes de responsabilidade e, nos casos de infração penal imputada àqueles, a autoridade policial, dela tomando conhecimento, comunicará o fato ao Procurador-Geral do Estado ou ao seu substituto legal; outrossim, o Procurador do Estado tem o direito de ser ouvido como indiciado ou como testemunha, em qualquer inquérito ou processo, em dia e hora previamente ajustados com a autoridade competente;
- e - Segundo a Lei Estadual nº. 1.102/90, que se aplica subsidiariamente aos Procuradores do Estado, função de confiança é a que envolve atividade de chefia intermediária, de livre designação e dispensa, satisfeitos os requisitos legais e regulamentares; é criada por lei e deve observar os recursos orçamentários para esse fim; bem como o exercício dessa função de confiança é privativo de titular de cargo efetivo, do mesmo órgão a que pertence o funcionário, devendo, na escolha, ser



observada a correlação de atribuições do cargo efetivo do funcionário e da função a ser exercida.

37. Tratando de servidores públicos, analise as asseverações abaixo e responda:

I – O candidato aprovado em concurso público devidamente nomeado e empossado no quadro de secretaria estadual, que não entra em exercício no prazo estabelecido, deve ter seus atos de nomeação e posse revogados, para a cessação dos efeitos do provimento originário, encerrando o vínculo do mencionado candidato empossado com o ente estatal.

II – A aprovação em concurso público não gera direito subjetivo absoluto à nomeação, constituindo mera expectativa de direito, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, exteriorizado por uma de suas turmas.

III – É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de previdência dos servidores titulares de cargos efetivos do Estado de Mato Grosso do Sul, excetuados, nos termos definidos em leis complementares, somente os casos de servidores portadores de deficiência e que exerçam atividades de risco.

IV – O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, e em decorrência de procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

- a - Apenas está correta a assertiva de número II;
- b - Apenas estão corretas as assertivas de número II e III;
- c - Apenas estão corretas as assertivas de número III e IV;
- d - Apenas estão corretas as assertivas de número II e IV;
- e - Todas as assertivas estão incorretas.

38. Quanto aos agentes públicos, analise as assertivas e responda:

I – A autoridade pública estadual da administração pública indireta que, de acordo com sua competência, nomeia sua sogra para exercício de cargo em comissão em empresa pública estadual, segundo o excelso Supremo Tribunal Federal, não viola a Constituição Federal.

II – As funções ou cargos públicos vagos não podem ser extintos por meio de decreto, tanto na seara federal e estadual quanto na municipal, pois somente por lei pode o cargo ser criado e, conseqüentemente, somente por lei poderá ser extinto, segundo o princípio do paralelismo das formas.

III – Malgrado a Constituição Federal, em seu artigo 6º, inciso VII, preceituar que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a garantia de salário nunca inferior ao mínimo, não viola o texto constitucional o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

IV – Ressalvados os casos previstos no texto constitucional, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público, bem como qualquer vantagem também não pode ser calculada sobre a classe anterior daquela em que está enquadrado o servidor público, sob pena de afronta à Lei Maior.

- a - Apenas está correta a assertiva de número II;
- b - Apenas estão corretas as assertivas de número I e II;
- c - Apenas estão corretas as assertivas de número III e IV;
- d - Apenas estão corretas as assertivas de número II e IV;
- e - Todas as assertivas estão corretas.

39. Quanto ao processo administrativo, assinale a alternativa incorreta:

- a - O processo administrativo disciplinar representa a garantia para a sociedade de que a competência disciplinar será exercida de modo responsável e coerente, funcionando, segundo Ada Pellegrini Grinover, como instrumento de atenuação da outra face do princípio da legalidade. Conseqüentemente, no direito administrativo disciplinar não se admite a atipicidade da infração e a ampla discricionariedade na aplicação da sanção, que é irrenunciável pela administração, porquanto o instrumento processual deve ser interpretado de modo a realçar a sua potencialidade de enquadrar a discricionariedade nos devidos termos, pois qualquer escolha deixada ao administrador deve ser passível de verificação, já que, concordando-se com J. J. Canotilho, discricionariedade não é escolha entre pressupostos de fato. Destarte, constatados os elementos para a aplicação da pena, por meio do processo administrativo disciplinar, não há escolha entre aplicá-la ou não;
- b - Segundo lições do direito administrativo sancionador, prelecionado por Fábio Medina Osório, em se tratando do princípio do ‘non bis in idem’ no cenário brasileiro, é certo que a idéia preponderante sempre foi a de excluir a aplicabilidade desse princípio ao abrigo do argumento de que os fatos acabam assumindo identidades distintas, desde diversas perspectivas normativas e valorações autônomas, além de existir independência entre as instâncias fiscalizadoras, à luz da separação dos Poderes, mitigando a subordinação da autoridade administrativa à autoridade judicial, no campo do direito administrativo sancionador disciplinar;
- c - Compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da